

## Contribuições dos feminismos para a metodologia do design

### *Contributions of feminisms to the design methodology*

ZACAR, Cláudia Regina Hasegawa; Doutora; Universidade Federal do Paraná  
claudiazacar@ufpr.br

JACO, Hadassa Demenjeon; Graduada; Universidade Federal do Paraná  
hadassa.demenjeon@ufpr.br

PANDINI, Julia Raniero; Graduada; Universidade Federal do Paraná  
juliapandini@ufpr.br

Este artigo tem como objetivo sistematizar fundamentos e abordagens metodológicas aplicáveis à prática do design que sejam alinhados ao pensamento feminista. Para tanto, realizamos revisão de literatura abrangendo textos que explicitamente se vinculem ao design e à crítica feminista, abordando discussões acerca de práticas projetuais. O estudo foi motivado pela identificação de uma carência de textos escritos em português que discutam esse tema. Como resultados, indicamos que autoras consultadas, em geral, destacam a necessidade de envolvimento de diferentes sujeitos em todas as fases dos processos de design, reconhecendo a validade de uma pluralidade de conhecimentos e experiências, entendidos como sempre situados, não neutros e constituídos em articulação com marcadores sociais tais como gênero, sexualidade, classe e raça/etnia. Identificamos ainda propostas de intervenções feministas e contaminações *queer* em métodos já bastante difundidos, tais como o design participativo e o design centrado no humano, mas também em métodos emergentes como o design especulativo e crítico.

**Palavras-chave:** Design; Feminismo; Metodologia.

*This paper aims to systematize principles and methodological approaches applicable to the practice of design that are aligned with feminist thinking. To this end, we carried out a literature review covering texts that are explicitly linked to design and feminist criticism, addressing discussions around design practices. The study was motivated by the identification of a lack of texts written in Portuguese that discuss this topic. As a result, we indicate that the consulted authors, in general, highlight the need to involve different subjects in all phases of the design processes, recognizing the validity of a plurality of knowledges and experiences, understood as always situated, not neutral and constituted in articulation with social markers such as gender, sexuality, class and race/ethnicity. We also identify proposals for feminist interventions and queer contaminations in methods that are already widespread, such as participatory design and human-centered design, but also in emerging methods such as speculative and critical design.*

**Keywords:** *Design; Feminism; Methodology.*

## 1 Introdução

Em expansão desde a década de 1960, a teoria e a crítica feminista, em suas diferentes vertentes, têm trazido contribuições significativas para diversas áreas do conhecimento, ao colocar em xeque pressupostos baseados em perspectivas universalizantes, hierarquizantes e excludentes. Ao evidenciar o caráter construído das normas de gênero<sup>1</sup>, essa perspectiva permite discutir como o design participa dos processos de (re)produção e naturalização de desigualdades, bem como investigar formas de projetar que se contraponham a estereótipos e contribuam para a construção de relações sociais mais justas.

Partimos, portanto, do entendimento de que os feminismos dizem respeito a ações, práticas e discursos que constituem um projeto crítico e político voltado a combater a opressão às mulheres e às pessoas dissidentes das normas de gênero, visando construir relações sociais igualitárias. Optamos por utilizar o termo no plural, tendo em vista as diferentes vertentes e perspectivas feministas e seu constante processo de movimento e reconstrução (SCHOLZ, 2010).

Ainda que os estudos acerca das relações entre design e questões de gênero tenham aumentado expressivamente em volume nos últimos anos, nota-se ainda uma lacuna de textos escritos em português que discutam contribuições dos feminismos para o design, especialmente no que tange a abordagens para a prática projetual. Tendo em vista essa limitação, neste artigo temos como objetivo sistematizar alguns fundamentos e abordagens metodológicas aplicáveis à prática do design e alinhados ao pensamento feminista.

Para tanto, realizamos revisão de literatura assistemática, considerando textos que explicitamente se vinculem ao design e à crítica feminista, abordando discussões acerca de práticas projetuais. Em um estudo de natureza exploratória, procuramos selecionar textos que permitam identificar diferentes abordagens e problematizações, na tentativa de apresentar um quadro suficientemente abrangente – ainda que não exaustivo – de trabalhos que tratem sobre o aporte dos feminismos para a prática de design. Foram consideradas publicações disponíveis na íntegra na internet. A busca foi realizada em plataformas como a base de periódicos da CAPES, Google Scholar e em periódicos específicos da área, a partir de palavras-chave como “metodologia” ou “método”; “feminismo” ou “feminista” e “design”; e suas correspondentes em língua inglesa. Essas línguas foram utilizadas tendo em vista a facilidade de leitura para as autoras. O recorte temporal estabelecido abrangeu trabalhos publicados a partir dos anos 2000.

Entendemos que métodos de design abarcam princípios, práticas e procedimentos que orientam os processos projetuais. Cabe notar que ao longo da segunda metade do século XX começaram a se difundir trabalhos sobre a história da metodologia em design, sugerindo possíveis classificações e discutindo diferentes abordagens presentes em métodos projetuais. Esses estudos demonstram que os métodos de design podem variar quanto à estrutura das etapas, à flexibilidade das etapas, e à presença ou não de *feedback* entre as etapas. Em geral, eles envolvem fases de preparação, geração, avaliação e realização, nas quais podem ser utilizadas diferentes técnicas e ferramentas para coleta, análise e síntese de dados; bem como para a criação e teste de conceitos (LLOYD, 2019; FREITAS; COUTINHO; WAECHTER, 2013).

---

<sup>1</sup> Seguindo a filósofa Judith Butler (2014), entendemos que gênero diz respeito a um conjunto de normas socialmente estabelecidas que, ao serem constantemente citadas e reiteradas nas mais diversas instâncias – tais como os discursos científico e religioso, a escola, a família, os artefatos – são inscritas no corpo.

Nota-se, a partir da década de 1980, um maior direcionamento dos métodos de design para questões de linguagem e significado, em detrimento de uma perspectiva cientificista e supostamente objetiva de se projetar. Assim, passa a se dar mais ênfase ao caráter dialógico do design e à sua dimensão social. Além disso, crescentemente se reconhece que os métodos de design não são politicamente neutros, mas incorporam e priorizam certos tipos de conhecimentos e valores. Esse entendimento permite questionar, por exemplo: quais práticas e conhecimentos são validados nos métodos de design? Os interesses de quais grupos sociais são considerados e de quais são excluídos nas práticas projetuais? Quem são as pessoas responsáveis por elaborar e difundir métodos de design (LLOYD, 2019)?

Essa visão crítica é influenciada por contribuições dos feminismos, que têm impactado as formas de se pensar e fazer design nas últimas décadas denunciando, inclusive, que a maior parte dos métodos de design tem sido desenvolvida por homens brancos, ocidentais e de classe média (LLOYD, 2019). Uma visão geral sobre essas contribuições é apresentada na próxima seção, que é seguida da discussão sobre algumas abordagens feministas para a metodologia do design. Por fim, incluímos algumas considerações finais sobre os resultados obtidos e possíveis desdobramentos para o presente estudo.

## **2 Uma visão geral sobre as contribuições das perspectivas feministas para o design**

Para localizar a discussão acerca dos aportes dos feminismos para a metodologia do design, é relevante retomar alguns aspectos históricos. Como apresentado na introdução, a teoria e a crítica feminista têm se expandido especialmente a partir da década de 1960, momento em que os feminismos ganharam novo fôlego e espaço inédito na academia sob influência dos movimentos sociais que eclodiram naquela década (de mulheres, de negros e negras, de estudantes, de gays e lésbicas).

O fazer intelectual foi então “contaminado” pelas ações de militância, desembocando no surgimento dos chamados “estudos da mulher”, que buscaram explicitar o papel fundamental das mulheres na história e nas ciências, bem como dar visibilidade ao trabalho das mulheres em diferentes áreas de atuação (LOURO, 1997). A revisão das narrativas promovida pelas feministas não apenas transformou o olhar sobre a participação das mulheres nos processos históricos, mas também permitiu questionar a própria historiografia – entendida como uma prática marcada pelo gênero.

Na disciplina do design, os feminismos têm tido repercussão notadamente no âmbito de sua teoria e historiografia. Têm também servido de base para análises críticas sobre práticas e materialidades associadas ao design, considerando que essas podem operar na naturalização de assimetrias entre sujeitos. O design é assim entendido como uma prática que torna tangíveis ideias e significados, atuando na construção e reiteração de características ligadas a marcadores sociais culturalmente definidos (tais como gênero, classe social e raça/etnia) tendo, assim, influência na constituição de subjetividades e relações de poder (SPARKE, 2004).

Ainda que algumas ações e discussões preliminares tenham ocorrido nos anos 1970, especialmente nos âmbitos da arquitetura e do design gráfico, os discursos feministas tiveram impacto mais significativo nos estudos em design apenas a partir da década de 1980. Acadêmicas como Cheryl Buckley (1986) e Martha Scotford (1994), por exemplo, se apropriaram do conhecido questionamento de Linda Nochlin, feito no campo das artes, para perguntar: por que não existiram grandes designers mulheres? Com isso, propuseram uma

nova historiografia do design, confrontando a hegemonia masculina na história, na prática, na pesquisa e no ensino em design.

Pesquisadoras como Ellen van Oost (2003) mostraram como boa parte dos objetos de consumo, concebidos por designers homens e brancos, não atendem às demandas das mulheres e ainda as excluem de algumas práticas, ao assumirem que são incapazes de lidar com a tecnologia. Autoras como Judy Attfield (1989) revelaram ainda como a disciplina e seus instrumentos reproduzem a inferioridade da forma, tida como feminina, em relação à função, tida como masculina. Identificaram ainda os estereótipos relacionados às feminilidades e masculinidades, bem como as maneiras pelas quais esses estereótipos têm se materializado nos artefatos, espaços e representações.

No âmbito nacional, destacam-se trabalhos como os das professoras Vânia Carneiro de Carvalho, vinculada ao Museu Paulista (USP); Marinês Ribeiro dos Santos, ligada ao Departamento de Desenho Industrial e ao Programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e Giselle Hissa Safar, da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Essas pesquisadoras, bem como estudantes por elas orientadas/os, têm feito esforços para aproximar perspectivas feministas da teoria e da história do design. Além disso, têm conduzido análises críticas sobre a produção associada ao design de produto, ao design de interiores e ao design gráfico.

Na próxima seção apresentamos a perspectiva de outras autoras, cujas análises e propostas são direcionadas mais especificamente à metodologia do design. Antes, porém, se torna necessário esclarecer alguns conceitos relativos à crítica feminista e que têm sido incorporados nesses estudos.

Em relação ao conceito de gênero, notamos que em geral as autoras consultadas trabalham com uma perspectiva relacional, entendendo gênero como construção sociocultural que tem pautado assimetrias entre sujeitos sociais marcados de forma diferencial. Elas chamam a atenção para as limitações e problemas do binarismo de gênero e para a importância de considerar sua articulação com outros marcadores da diferença (como classe, sexualidade e raça/etnia).

Nesse sentido, destaca-se a importância do conceito de interseccionalidade, proveniente das reflexões de feministas negras. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), advogada estadunidense atenta às questões dos direitos humanos, visando tratar dessa articulação entre os diversos marcadores sociais. A autora enfatiza a importância do olhar para “diferenças dentro da diferença”, tendo em vista não apenas distinções entre grupos sociais, mas também as diferenças intragrupos. A proposta da autora abarca, assim, o reconhecimento das vozes subalternizadas no âmbito dos próprios movimentos feministas considerando, especialmente, a maneira como a articulação das discriminações de gênero e raça se dá na vida das mulheres negras.

Outra contribuição epistemológica relevante advinda do pensamento feminista é a teoria do ponto de vista, que destaca que a produção do conhecimento está sempre imbricada em relações de poder. De acordo com essa teoria, o mundo sempre é representado a partir de uma perspectiva específica e situada socialmente. Assim, questiona as noções de objetividade e neutralidade associadas ao método científico, uma vez que não existe um lugar desde o qual se pode desenvolver conhecimentos livres de valores. Segundo essa teoria, porém, algumas posições são preferíveis como pontos de partida para determinadas análises, sendo o conhecimento situado baseado na experiência de mulheres uma posição privilegiada para diferentes discussões (GRAF, 2012).

Cabe mencionar também a influência dos estudos *queer*<sup>2</sup> para as formulações teóricas desenvolvidas no âmbito dos feminismos nas últimas décadas. Esses estudos são tributários dos movimentos LGBT+<sup>3</sup> do fim do século XX, e se posicionam de forma avessa a abordagens classificatórias de sujeitos, defendendo o reconhecimento e a mobilização das diferenças na luta contra os mecanismos sociais de exclusão e violência. O objetivo é o estabelecimento de uma nova política de gênero, por meio da desconstrução das “normas e convenções culturais que nos constituem como sujeitos” (MISKOLCI, 2012).

### 3 Contribuições dos feminismos para a metodologia do design

Com relação às contribuições da crítica feminista para os métodos de design, podemos considerar tanto os valores, princípios e qualidades destacados pelas autoras como necessários à prática projetual; quanto as abordagens e formas de aplicação de métodos propostas por elas. Cabe notar que essas duas dimensões não são separadas na prática e nos discursos feministas, mas são neste artigo apresentadas em subseções distintas visando organizar o conteúdo e facilitar sua compreensão.

#### 3.1 Valores, princípios e qualidades

A designer e pesquisadora alemã Sandra Buchmüller (2012) explica que apesar de as teorias feministas serem muito distintas entre si e frequentemente trabalharem com focos e conceitos diferentes de gênero, há alguns valores e objetivos em comum entre elas, os quais considera fundamentais para uma perspectiva feminista para a prática do design. Partindo da teoria do ponto de vista feminista, ela destaca algumas posturas como: focar grupos marginalizados socialmente, colocando as vozes desses grupos em primeiro plano; fazer visíveis as estruturas de poder entre as pessoas participantes dos projetos de design e estabelecer uma relação emancipada entre elas; questionar as próprias suposições e evitar perspectivas estereotipadas; estimular o pensamento crítico entre participantes do projeto e, por fim, apoiar a justiça social, a integração social e a democratização.

Lucy Suchman (2009), professora de antropologia da ciência e tecnologia, defende princípios similares, refletindo sobre a constituição das relações nas práticas projetuais e advogando pelo reconhecimento do trabalho de pessoas que, nos discursos hegemônicos, não são consideradas projetistas ou responsáveis por inovações. Ela adere, assim, à perspectiva feminista de deslocamento do sujeito universal e do “designer herói” (homem, cisgênero<sup>4</sup>, heterossexual, branco, ocidental...) por meio da atenção às especificidades de sujeitos situados de formas múltiplas e diferenciadas, engajados de diferentes formas em atividades de transformação do mundo de forma coletiva. Sendo assim, propõe que o desenvolvimento de tecnologias seja pautado por uma visão ampliada e descentralizada, em que sejam consideradas como parte do projeto as diferentes pessoas que serão de alguma forma impactadas por ele.

---

<sup>2</sup> Segundo Richard Miskolci (2012), o termo *queer* é originalmente um xingamento na língua inglesa, utilizado para desqualificar pessoas tidas como esquisitas, anormais, “bichas”. Sua apropriação por parte de teóricas/os e ativistas, nos anos 1980, se configura como uma reação a esse tipo de violência. Assim, mediante a resignificação de um termo ofensivo, escancara-se o processo de delimitação de fronteiras entre o que é socialmente aceito ou rechaçado em relação ao gênero e à sexualidade.

<sup>3</sup> A sigla designa lésbicas; gays; bissexuais; transgêneros/as, transexuais e travestis. O sinal de mais (+) é usado para enfatizar a existência de outras identidades de gênero e orientações sexuais. Trata-se de uma das variações possíveis para a sigla, que pode mudar dependendo do movimento social ou instituição que a utiliza e das questões em jogo no contexto histórico de seu uso.

<sup>4</sup> Termo utilizado para designar a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

Shaowen Bardzell (2010), pesquisadora e docente de ciência e tecnologia da informação nos Estados Unidos, por sua vez, destaca algumas qualidades que, apesar de não serem exclusivas de abordagens feministas, em sua visão devem estar presentes em um design de interação que se proponha feminista. Uma delas pode ser associada às ideias de Suchman (2009) e de Buchmüller (2012). Trata-se da noção de participação, baseada no respeito a conhecimentos relativos às diferentes pessoas envolvidas no processo de design, incluindo quem não é profissional. Ela argumenta que ao estabelecer uma relação em que se valorizam a participação e os laços humanos, é possível alcançar resultados novos e mais significativos. Bardzell (2010) destaca que a participação deve focar na emancipação política e na distribuição de autoridade e responsabilidade pelas decisões, baseadas em um diálogo entre as partes envolvidas.

Outra qualidade ressaltada pela autora é a do pluralismo, direcionada a desnaturalizar as convenções normativas por meio do reconhecimento de diferenças e da diversidade cultural, de forma a se contrapor à ideia de um “design universal”. Nesse sentido, a autora critica o ideal de neutralidade, que recorrentemente leva ao fenômeno do “masculino universal”, fazendo com que o design siga reproduzindo assimetrias e estereótipos de gênero (BARDZELL, 2010).

No rol de qualidades que elenca, Bardzell (2010) destaca ainda a questão ambiental, tendo em vista a necessidade de conscientização acerca dos efeitos dos projetos de design em contextos socioambientais mais amplos. Cita também a necessidade de considerar usuárias/os como sujeitos situados, cujos corpos são marcados por relações de gênero, raça/etnia, etc. Também considera importante entender que os produtos projetados constituem as pessoas usuárias, e que, portanto, devem deixar explícitos seus pressupostos e configurações, dando oportunidade de agência para quem os usa (BARDZELL, 2010).

Já Corina Bath (2014), pesquisadora alemã na área de estudos de gênero e feminismo na ciência da computação, indica ainda a importância de direcionar esforços para desconstruir binarismos, gerando produtos que permitam que as pessoas pensem sobre as relações de gênero criticamente.

### **3.2 Abordagens metodológicas**

Os valores, princípios e qualidades elencados têm informado diferentes estratégias metodológicas e reflexões acerca das formas de projetar. Bath (2014), por exemplo, elaborou uma abordagem sistemática para lidar com alguns problemas que observou no desenvolvimento de produtos. Para cada problema observado, sugere um método que ajude a desfazer as marcações de gênero no artefato em questão e que contribua para o desenvolvimento de uma tecnologia com valores feministas.

Na perspectiva da autora, o design centrado no humano, se conduzido a partir de princípios de equidade, inclusão e reconhecimento das diferenças de gênero, pode evitar que designers usem somente a própria experiência ao projetar. Já o design participativo, se aplicado a partir de uma perspectiva feminista, evitaria problemas recorrentes em tecnologias que são feitas para mulheres, notadamente a reprodução de estereótipos e a divisão de trabalho pautada no gênero. Por fim, sugere uma combinação dos métodos de design reflexivo e design para a experiência com fundamentos feministas, visando o desenvolvimento de tecnologias voltadas a representar “o humano” ou habilidades e características humanas (como robôs humanoides ou que imitam o comportamento e a comunicação humana) de forma a não reproduzir assimetrias de gênero (BATH, 2014).



Com base em um estudo empírico, Els Rommes (2014), pesquisadora de gênero e diversidade atuante nos Países Baixos, identificou três abordagens comuns para as questões de gênero em projetos de design, reconhecendo alguns problemas e soluções análogos aos apontados por Bath (2014). A primeira abordagem diz respeito ao projeto a partir de estereótipos, pautado no uso de pesquisas sobre comportamentos e preferências consideradas típicas de mulheres e meninas. Ela considera essa uma estratégia arriscada e potencialmente danosa uma vez que, apesar de eventualmente possibilitar a valorização de habilidades e preferências tidas como femininas e, assim, permitir a ampliação da diversidade de produtos oferecidos, ao reproduzir estereótipos de gênero tende a perpetuar desigualdades e limitações.

A segunda abordagem identificada por Rommes (2014) é batizada de "metodologia do eu", tendo em vista a tendência de designers se verem como usuários/as típicos/as e projetarem segundo suas próprias preferências. Ela denuncia que essa abordagem pode perpetuar uma perspectiva androcêntrica, dada a predominância de projetistas homens em determinados setores. Ela considera que essa abordagem pode ser aplicada de forma reflexiva, incorporando mulheres nas equipes de projeto. Isso, porém, exige consciência em relação às possíveis similaridades e diferenças entre quem projeta e o público que vai usar os produtos; evitando uma noção generalista de "mulher" - como se todas as mulheres fossem iguais; e buscando conhecimento sobre a diversidade das práticas, identidades e preferências das pessoas para além do binarismo de gênero.

Por fim, Rommes (2014) cita o design participativo, que prevê o envolvimento direto de potenciais usuáries/os de forma a superar suposições de designers. Ela chama atenção, porém, para o fato de que dependendo do método de participação pode-se privilegiar certos grupos já mais articulados e engajados, ignorando outras demandas sociais emergentes ou marginalizadas.

Como visto, a abordagem do design participativo é também citada como possibilidade à prática do design alinhada a princípios feministas por outras autoras, como Bardzell (2010), Buchmüller (2012) e Bath (2014). Para essas autoras, incluir as pessoas que serão impactadas pelo design em todas as etapas do processo projetual facilita a superação de pressupostos limitantes que a equipe de designers pode ter, e permite localizar as/os usuáries/os de forma específica, levando em conta as marcações de gênero, sexualidade, classe, raça/etnia, etc., bem como suas implicações para o projeto e uso de sistemas, produtos e serviços.

Porém, além do risco apontado por Rommes (2014), Sarah Elsie Baker (2018), docente e pesquisadora atuante na Nova Zelândia, apresenta outra ressalva importante, indicando que métodos participativos por si só não garantem resultados alinhados a valores feministas. Ela argumenta que se as pessoas participantes compartilham de valores normativos quanto às relações de gênero, é provável que o resultado do processo de design reproduza desigualdades. Assim, segundo a autora, para que se atinja resultados que tensionem binarismos e direcionem para uma maior equidade, é necessário combinar métodos participativos com uma pedagogia crítica, de forma a construir coletivamente uma maior consciência acerca da reprodução de desigualdades. Bardzell (2018) considera ainda que em processos participativos, não raro, designers enquadram o projeto unilateralmente, convidando as demais pessoas envolvidas a participar com base nessas predefinições. Ela ressalta também o risco de impor em contextos culturais diversos uma narrativa ocidental e unívoca do que "democracia" significa.

Buchmüller (2012) relata um processo de design participativo em que visões essencialistas e conservadoras acabaram prevalecendo em um processo de design participativo, ainda que informado por perspectivas feministas. Essa autora defende a implementação de uma

metodologia que inclua sistematicamente valores e perspectivas feministas desde a fase de pesquisa até a fase de avaliação projetual.

Ela constrói um quadro em que associa as fases do método de design centrado no humano com aspectos da teoria feminista. Para a fase de inspiração (pesquisa) ela sugere a importância da teoria do ponto de vista feminista, enfocando grupos sociais comumente marginalizados e integrando-os ao processo de design. Para a fase de ideação (geração de alternativas) ela indica considerar gênero como construção sociocultural, analisando representações de gênero estereotipadas e investigando formas de desconstruí-las na configuração dos artefatos. Já quanto à fase de avaliação, ela reforça a importância dos artefatos para a construção das normas de gênero e sugere uma análise ampliada e crítica, que considere as diferentes interações sociotécnicas mediadas pelos artefatos (BUCHMÜLLER, 2012).

Sasha Costanza-Chock (2020), designer, professora e ativista estadunidense, por sua vez, apresenta a abordagem chamada de *design justice* (justiça no design) filiando-se ao feminismo interseccional. Reforçando a importância de dar centralidade a concepções e valores de comunidades marginalizadas, propõe um processo baseado em uma análise interseccional, para que seja possível fazer um esforço sistemático para superar desigualdades calcadas em marcadores sociais da diferença. Esse tipo de análise parte da noção de matriz de dominação que, conforme explica a autora, é fundada na supremacia branca, na heteronormatividade e no colonialismo. A partir dessa matriz são constituídas as desigualdades sociais (re)produzidas por meio do design. Partindo dessas premissas, a autora argumenta que uma vez que as pessoas são impactadas pelo design, é justo que elas também tenham agência nos processos projetuais (COSTANZA-CHOCK, 2020).

Baker (2018) concorda com a importância de aderir a uma abordagem interseccional para a construção de métodos de design alinhados a perspectivas feministas. A autora destaca a necessidade de realizar projetos direcionados à transformação de atividades reprodutivas, como o trabalho doméstico e as práticas de cuidado, de forma a reduzir as desigualdades de gênero. Ela aponta ainda para a necessidade de desenvolver uma ética do cuidado que vá além da noção de empatia como um meio para acessar um mercado, e para as possibilidades de explorar conceitos não lineares de tempo e perspectivas utópicas.

Quanto a esse último aspecto, tanto Baker (2018) quanto Bardzell (2018) discutem formas de aliar uma reformulação feminista do utopismo com o design participativo. Para tanto, reforçam a necessidade de considerar múltiplos futuros possíveis, tendo em vista as demandas específicas de diferentes grupos sociais; e de explorar futuros radicalmente melhores como uma atividade em processo, e não como fantasia preditiva.

A partir de uma análise feminista interseccional do design especulativo e crítico, Luiza Prado de O. Martins (2014), artista e pesquisadora brasileira baseada na Alemanha, propõe o design especulativo feminista como uma abordagem para chamar a atenção para o papel do gênero na propagação de opressões sociais e culturais. Para a autora, o design especulativo e crítico, voltado a provocar reflexões sobre o impacto dos artefatos projetados na vida cotidiana, tem sido majoritariamente teorizado e praticado em locais de privilégio, tais como universidades em países europeus; por pessoas privilegiadas, em grande parte homens brancos de classe média. Com isso, a abordagem tende a resultar em visões elitistas sobre o mundo ao qual a sociedade deveria aspirar, reproduzindo estereótipos e assimetrias.

Martins (2014) propõe o design especulativo feminista como uma abordagem que, mediante o uso de artefatos provocativos, promova o pensamento crítico sobre como os objetos projetados podem propagar a opressão de gênero. A intenção seria, a partir do artefato provocativo projetado, questionar a precariedade da vida das minorias e propor visões sobre



como poderia ser seu futuro, bem como desafiar as pessoas a questionarem seus próprios papéis na reprodução de injustiças sociais. Ela cita como temas possíveis para projetos de design a partir dessa abordagem a meritocracia, a violência de gênero ou a privacidade na internet, por exemplo.

Tendo em vista um viés também provocativo, Karin Ehrnberger e colegas (2017), vinculadas ao KTH Royal Institute of Technology na Suécia, utilizaram um método de design crítico chamado “*gender swapping method*” (método de troca de gênero). Ele consiste em inverter as características e valores da oposição binária de gênero para expor as relações de hierarquia entre o masculino e o feminino, evidenciando problemas e gerando uma reflexão crítica sobre pontos que anteriormente poderiam passar despercebidos.

Um exemplo desse método colocado em prática é um aparato desenvolvido a partir de uma pesquisa sobre a experiência e a relação de mulheres com a cadeira para exames ginecológicos. Foram coletados relatos de pacientes e da equipe médica para identificar pontos problemáticos e aspectos que geravam insegurança e desconforto em relação à cadeira e à dinâmica do exame. Esses aspectos foram, então, aplicados no projeto de uma cadeira equivalente para o exame de próstata de homens cisgênero, a *Androchair*, com o objetivo de evidenciar e expor criticamente as dificuldades que as pacientes passam em seus exames ginecológicos (EHRNBERGER et al, 2017).

A conclusão do estudo atentou para o fato de que há pessoas que não se encaixam em noções binárias de gênero e que, portanto, o ideal seria uma “multi-cadeira” que funcionasse para pessoas com identidades de gênero e corpos diversos, ressaltando que o design como uma prática crítica deve ir além de considerar somente as mulheres, sendo necessária uma visão mais ampla sobre as implicações das relações de gênero no design de artefatos (EHRNBERGER et al, 2017).

Essas reflexões de Ehrnberger et al (2017) demonstram seu alinhamento com os estudos *queer*, explorado também por autoras como Ece Canli (2017) e Denise Portinari (2017). Ambas indicam a importância de entender as contribuições *queer* para o design como possibilidades de ação, crítica e mudança epistemológica, mais do que como método ou conjunto de ferramentas.

Canli (2017), designer e artista nascida na Turquia e atuante em Portugal, narra em sua tese alguns processos de desconstrução crítica e reconfiguração de artefatos que testou com ativistas *queer*. Ela destaca o caráter exploratório das táticas aplicadas e a necessidade de adaptá-las às especificidades de cada contexto. Dentre as táticas exploradas em relação às materialidades, destacam-se a de desfiguração, voltada a tensionar padrões normativos de beleza; a de divulgação, para explicitar a marcação de gênero em artefatos e espaços; a de inversão, similar ao método de troca de gênero aplicado por Ehrnberger et al (2017); e a de irritação, de caráter provocativo e baseada na apropriação e desvio de artefatos visando contrapor visões normativas.

Já a brasileira Portinari (2017), docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entende que a proposta *queer* deve ser entendida como verbo, uma atividade de problematização da normatividade, uma forma de produzir estranhamento, mais do que como metodologia. Destaca, porém, o potencial “(contra)metodológico” dessa abordagem, especialmente considerando a pesquisa acadêmica, mas também sugerindo sua instrumentalização para a prática do design. A autora recorre às ideias do teórico estadunidense David Halperin para elencar algumas estratégias *queer* que poderiam ser exploradas, como “a apropriação criativa e a resignificação, a teatralização; o desvelamento e a desmistificação” (PORTINARI, 2017, p. 14).

#### 4 Considerações finais

Neste artigo apresentamos uma revisão de literatura focada na sistematização de fundamentos e abordagens metodológicas aplicáveis à prática do design e alinhados ao pensamento feminista. Conforme apontado na introdução, notamos uma carência de textos escritos em português que abordam essa temática. Essa lacuna se confirma no fato de a maioria das autoras mencionadas neste estudo ser europeia ou estadunidense. Vale destacar também que boa parte delas é vinculada a áreas relativas ao desenvolvimento de produtos digitais, ao design de interação e aos estudos de ciência e tecnologia. Esses aspectos sugerem a necessidade de ampliar as discussões para outras áreas de atuação do design, bem como de incorporar questões específicas de outras regiões e territórios. Sendo assim, pretendemos dar continuidade ao trabalho ampliando a busca e a incorporação de pesquisas, com especial atenção àquelas desenvolvidas no Brasil.

Com relação a valores, qualidades e princípios identificados, as autoras consultadas em geral destacam, notadamente a partir da teoria do ponto de vista feminista, a necessidade de envolvimento de diferentes sujeitos em todas as etapas dos processos projetuais, reconhecendo a validade de uma pluralidade de conhecimentos e experiências, entendidos como sempre situados e não neutros. Nesse sentido, destaca-se também a abordagem interseccional, que permite reconhecer como os diferentes marcadores sociais se articulam nas experiências vividas e, conseqüentemente, impactam o projeto, a produção, a circulação, o consumo e o uso dos artefatos. É possível ressaltar ainda a importância de direcionar ações projetuais a grupos sociais marginalizados, em processos participativos constituídos com base em uma pedagogia crítica, no diálogo e na distribuição de autoridade e responsabilidade pelas decisões, visando a justiça social e ambiental.

Como visto, essas preocupações aparecem atreladas a diferentes abordagens metodológicas, com destaque para métodos já bastante difundidos como o design participativo e o design centrado no humano, mas também métodos emergentes como o design especulativo e crítico. Cabe notar que as autoras em geral não propõem, portanto, métodos completamente novos, mas adaptações críticas de métodos já existentes tendo em vista valores, preocupações e posturas feministas. Tendo em vista os estudos *queer*, destacam-se também estratégias de desconstrução de padrões normativos, a partir do estranhamento e do tensionamento de estereótipos.

A partir das ideias das autoras consultadas faz sentido, portanto, pensar em intervenções feministas ou contaminações *queer* na prática do design, mais do que em um método de design feminista ou *queer* (ROMMES, 2014; PORTINARI, 2017). É pertinente considerar que a operacionalização metodológica das abordagens dos feminismos é uma questão que vem sendo discutida em diversos campos do conhecimento, em especial nas ciências humanas. A partir das discussões já realizadas nesse âmbito, reforça-se a ideia de que não existe um método qualificável como feminista ou *queer*, mas métodos que são situados (ou situáveis) nessas epistemologias. Assim, entende-se que também em suas articulações com o design, essas abordagens preveem a necessária realização de pesquisas e processos projetuais que sejam culturalmente específicos, localizados no tempo e no espaço (BROWNE; NASH, 2010; CANLI, 2017).

Os textos consultados não apontam soluções fáceis ou caminhos únicos para a incorporação de perspectivas feministas na prática do design, visando a construção de sociedades mais equitativas. Indicam, porém, o potencial transformador das epistemologias feministas para o design, já que elas colocam em xeque concepções universalistas e pretensões de neutralidade, estimulam a reflexão sobre formas de projetar que se contraponham às assimetrias de gênero

e encorajam a encarar criticamente os modos como os artefatos projetados podem contribuir para a transformação das relações sociais.

## 5 Referências

- ATTFIELD, Judith. FORM/female FOLLOWS FUNCTION/male: Feminist Critiques of Design. In: WALKER, John A. (ed.) **Design History and the History of Design**. London: Pluto Press, 1989.
- BAKER, Sarah Elsie. Post-work Futures and Full Automation: Towards a Feminist Design Methodology. **Open Cultural Studies**, n. 2, 2018. p. 540–552.
- BARDZELL, Shaowen. Feminist HCI: taking stock and outlining an agenda for design. **Proceedings...** CHI 2010: HCI for all, Atlanta, 2010.
- BARDZELL, Shaowen. Utopias of Participation: Feminism, Design, and the Futures. **ACM Trans. Comput.- Hum. Interact.**, n. 25, v. 1, article 6, 2018.
- BATH, Corina. Searching for methodology: Feminist technology design in computer science. In: ERNST, Waltraud; HORWATH, Ilona (Eds.). **Gender in Science and Technology: Interdisciplinary Approaches**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2014.
- BROWNE, Kath; NASH, Catherine J. **Queer Methods and Methodologies: Intersecting Queer Theories and Social Science Research**. London: Ashgate, 2010.
- BUCHMÜLLER, Sandra. How can Feminism contribute to Design?: A framework for a feminist design research and practice. In: ISRASENA, P.; TANGSANTIKUL, J.; DURLING, D. (Eds.). **Proceedings of Design Research Society Conference 2012**. Bangkok: Chulalongkorn University, 2012.
- BUCKLEY, Cheryl. Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design. **Design Issues**, n. 3, v. 2, 1986. p. 3-14.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.
- CANLI, Ece. **Queerying design: material re-configurations of body politics**. 2017. Thesis. Ph.D. in Design. Faculty of Fine Arts, University of Porto (FBAUP), Portugal. Porto, 2017.
- COSTANZA-CHOCK, Sasha. **Design Justice: Community-Led Practices to Build the Worlds We Need**. Cambridge/London: The MIT Press, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, n. 1, 2002. p.171-189.
- EHRNBERGER, Karin; RÄSÄNEN, Minna; BÖRJESSON, Emma; HERTZ, Anne-Cristine; SUNDBOM, Cristine. The Androchair: Performing Gynecology through the Practice of Gender Critical Design. **The Design Journal**, n. 20, v. 2, 2017. p. 181-198.

FREITAS, Ranielder Fábio de; COUTINHO, Solange Galvão; WAECHTER, Hans da Nóbrega.

Análise de Metodologias em Design: a informação tratada por diferentes olhares. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2013. p.1-15.

GRAF, Norma Blasquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blasquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (coords.). **Investigación feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, Facultad de Psicología, 2012.

LLOYD, Peter. You make it and you try it out: Seeds of design discipline future. **Design Studies**, n. 65, 2019. p. 167-181.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 1997.

MARTINS, Luiza Prado de O. Privilege and Oppression: Towards a Feminist Speculative Design. **Proceedings... Design's Big Debates: Pushing the Boundaries of Design Research**. Umeå, Sweden: Design Research Society, 2014. p. 980–990. P. 57-78.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um Aprendizado Pelas Diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

PORTINARI, Denise. Queerizar o Design. **Revista Arcos Design**, v. 10, p. 1-19, 2017.

ROMMES, Els. Feminist Interventions in the Design Process. In: ERNST, Waltraud; HORWATH, Ilona (Ed.). **Gender in science and technology: interdisciplinary approaches**. Bielefeld: Transcript, 2014. p. 41-55.

SCHOLZ, Sally. **Feminism: A beginner's guide**. Oxford: Oneworld, 2010.

SCOTFORD, Martha. 1994. Toward and Expanded View of Women in Graphic Design. **Visible Language**, n. 28, v.4, 1994. p. 367-387.

SPARKE, Penny. **An introduction to design and culture: 1900 to the present**. 2nd edition. London: Routledge, 2004.

SUCHMAN, Lucy. **Agencies in Technology Design: Feminist Reconfigurations**. 2009. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/27336947>>. Acesso em: 24 nov 2020.

VAN OOST, Ellen. Materialized Gender: How shavers configure the user's femininity and masculinity. In: OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor (Eds.). **How Users Matter: The Co-Construction of Users and Technology**. Cambridge/ London: MIT Press, 2003. p. 193-208.